



Divulgação

QUÍMICA FINA E BIOTECNOLOGIA: PERSPECTIVAS PARA 2026 EM UM SETOR ESTRATÉGICO

Com inovação, produção local e sustentabilidade no centro da agenda, química fina e biotecnologia despontam como setores estratégicos do desenvolvimento nacional

A química fina e a biotecnologia ocupam posição central nas cadeias industriais de alto valor agregado, com impacto direto na saúde, na agricultura, na bioeconomia, no meio ambiente e no desenvolvimento tecnológico do Brasil. Trata-se de um ecossistema industrial intensivo em ciência, inovação e capital humano, que sustenta segmentos essenciais - do farmacêutico e farmoquímico aos produtos da biodiversidade, agroquímicos, saúde animal e biotecnologia aplicada, abrangendo também especialidades químicas e catalisadores.

Esse ecossistema se articula ainda com instituições científicas e tecnológicas e com laboratórios públicos e privados, que desempenham papel relevante em pesquisa, desenvolvimento, transferência de tecnologia e no fortalecimento da capacidade produtiva nacional.

Para compreender as perspectivas do setor para 2026, a ABIFINA realizou um levantamento junto às suas empresas associadas, reunindo dados consolidados sobre inovação, produção, investimentos e sustentabilidade. O resultado aponta um setor diverso e transversal, com

presença significativa de produção local, geração de empregos qualificados, projetos de expansão industrial e avanço consistente em práticas ESG.

Os dados consolidados indicam que a inovação é um eixo estruturante do setor: todas as empresas participantes declararam investir em P&D, com esforços voltados ao desenvolvimento de novos produtos, à melhoria de processos e à incorporação de tecnologias mais eficientes e sustentáveis.

Também se destacam iniciativas recentes e previstas de expansão e modernização industrial, reforçando a centralidade da produção local como vetor de competitividade, resiliência e segurança de abastecimento.

“Iniciativas como a Nova Indústria Brasil recolocam a política industrial no centro da estratégia de desenvolvimento. O desafio agora é coordenar políticas públicas, financiamento à inovação e a atuação do setor produtivo para transformar capacidade científica instalada em competitividade industrial e desenvolvimento sustentável.” ■

ANDREY FREITAS, PRESIDENTE-EXECUTIVO DA ABIFINA

ACESSO À SAÚDE E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

No âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, a química fina e a biotecnologia são decisivas para ampliar o acesso da população a medicamentos, vacinas e terapias no Sistema Único de Saúde (SUS), ao mesmo tempo em que fortalecem a base produtiva nacional. O levantamento consolidado da ABIFINA evidencia que a capacidade de inovação e produção local impacta diretamente a segurança do abastecimento e a sustentabilidade de políticas públicas de saúde — tema que se torna ainda mais relevante em um cenário global de disputas por cadeias produtivas estratégicas.

A evolução de iniciativas como as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) e o Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) contribui para aproximar inovação, produção local e acesso, desde que apoiada por governança clara e previsibilidade suficiente para reduzir riscos e ampliar a efetividade das parcerias ao longo do tempo.

“O fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde depende de políticas públicas duradouras, previsibilidade regulatória e integração entre inovação, produção local e acesso, sob a lógica de uma verdadeira Política de Estado.” ■

ODILON COSTA, PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ABIFINA.

BIOTECNOLOGIA: FRONTEIRA DE INOVAÇÃO, PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A biotecnologia se consolida como uma das frentes mais promissoras, com aplicações em vacinas, biofármacos e terapias avançadas, além de desdobramentos relevantes em saúde animal, agricultura, bioeconomia e soluções ambientais. Para 2026, as perspectivas indicam continuidade do crescimento, impulsionado pela maturação de polos de pesquisa, pela ampliação da interação entre universidades, institutos de pesquisa, indústria e investidores, e pelo fortalecimento de políticas públicas voltadas à inovação.

Nos últimos anos, o governo federal tem reforçado essa agenda por meio de instrumentos estruturantes de política industrial. A Nova Indústria Brasil (NIB), instituída pela Lei nº 15.070, sancionada em janeiro de 2024, incorporou a bioeconomia entre as áreas prioritárias da política industrial, com metas de longo prazo voltadas à redução de dependências tecnológicas. O plano prevê a mobilização de até R\$ 300 bilhões (Nova Indústria Brasil (NIB) – Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/programas-em-destaque/nova-industria-brasil>) em investimentos até 2026 para cadeias produtivas intensivas em conhecimento, incluindo saúde, bioeconomia e biotecnologia, por meio de instrumentos operados por instituições como BNDES, Finep e Embrapii.

Essa orientação também se refletiu em iniciativas recentes de fomento. Durante a COP30, foram lançados editais de apoio à pesquisa e à inovação em sustentabilidade, totalizando cerca de R\$ 450 milhões, incluindo R\$ 150 milhões destinados especificamente à biotecnologia e à valorização da biodiversidade da Amazônia Legal. Os recursos reforçam o papel da biotecnologia como vetor estratégico de inovação, desenvolvimento regional e transição para modelos produtivos mais sustentáveis.

Apesar desse cenário favorável, a consolidação da biotecnologia nacional segue condicionada a desafios estruturais. Investimentos contínuos em infraestrutura produtiva, modernização tecnológica, formação de recursos humanos especializados e fortalecimento da pesquisa básica são essenciais para transformar capacidade científica em escala industrial competitiva.

“Por outro lado, é preciso ter em vista que a aprovação do Acordo Mercosul-União Europeia pode abrir o mercado biotecnológico para empresas europeias e dificultar a consolidação da indústria biotecnológica brasileira, ainda em processo de estruturação. Da mesma forma, a evolução acelerada da indústria biotecnológica da China é um fator que pode impactar significativamente o mercado brasileiro.” ■

AKIRA HOMMA, VICE-PRESIDENTE DE BIOTECNOLOGIA DA ABIFINA.

SEGMENTO FARMACÊUTICO: INOVAÇÃO E PREVISIBILIDADE REGULATÓRIA

No segmento farmacêutico, as perspectivas para 2026 se conectam à capacidade de sustentar investimentos em inovação em um ambiente regulatório previsível e alinhado a políticas públicas de longo prazo. O levantamento consolidado reforça a presença de pipelines ativos e estratégias voltadas à inovação contínua, mas evidencia também que ciclos de investimento longos exigem segurança jurídica, previsibilidade e integração entre instrumentos de política industrial, inovação e regulação.

“Existe um otimismo muito grande no setor para esse ano de 2026. Esperamos resultados concretos de iniciativas que começaram ano passado na Anvisa, como o edital de prioridade para moléculas da classe GLP1 e a nova RDC de organização das filas de registro. Não há nada mais importante para uma empresa que está em constante evolução e com altos investimentos do que ter a certeza da publicação do seu registro em DOU em tempo hábil para levar acesso a uma população que cada dia mais precisa ter acesso à medicamentos inovadores.” ■

JULIANA BERGANTIN MEGID, VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS DA ABIFINA

FARMOQUÍMICA: IFAS, ESCALA E SOBERANIA PRODUTIVA

A farmoquímica é um eixo estratégico para a autonomia sanitária e industrial do Brasil - ainda que hoje o país de-

penda majoritariamente de insumos farmacêuticos ativos importados. Com apenas uma fração da demanda nacional atendida por produção local, o fortalecimento da farmoquímica torna-se decisivo para reduzir vulnerabilidades, ampliar a segurança do abastecimento e sustentar políticas públicas de saúde.

O desafio, porém, é estrutural: escala produtiva, acesso a financiamento competitivo, formação de mão de obra especializada e mecanismos que acelerem a integração da cadeia produtiva no território nacional. Instrumentos como as PDPs podem funcionar como alavancas quando conectam demanda, transferência tecnológica e investimento produtivo, mas precisam estar associados a um ambiente regulatório eficiente e a políticas industriais de longo prazo. “A farmoquímica, por suas características de dinâmica industrial, densidade tecnológica e complexidade regulatória, exige horizontes temporais compatíveis com uma política de Estado, capaz de oferecer previsibilidade, estabilidade e segurança aos diferentes atores envolvidos.” ■

MARCUS SOALHEIRO, 1º VICE-PRESIDENTE DA ABIFINA

BIODIVERSIDADE: INOVAÇÃO COM SEGURANÇA E VALOR AGREGADO

O Brasil possui condições singulares para transformar biodiversidade em inovação industrial, aliando sustentabilidade, conhecimento e agregação de valor. O levantamento consolidado da ABIFINA aponta avanços nesse campo e reforça oportunidades em produtos e tecnologias alinhados à bioeconomia e à transição para modelos produtivos mais sustentáveis.

Para 2026, o desafio central é criar condições para escalar, de forma segura e sustentável, a produção nacional de insumos farmacêuticos ativos vegetais (IFAVs), assegurando previsibilidade regulatória, especialmente em temas como propriedade intelectual e repartição de benefícios.

“Com regras claras e um ambiente favorável — capazes de estimular um setor que ainda apresenta baixa adesão e dinamismo inovador, a biodiversidade pode se consolidar como vetor estratégico de inovação, de competitividade industrial e de ampliação do acesso a medicamentos de qualidade, contribuindo de forma consistente para o desenvolvimento sustentável.” ■ TATIANA MIRAMONTES RIBEIRO, DIRETORA DE BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE DA ABIFINA

AGROQUÍMICOS: COMPETITIVIDADE E MODERNIZAÇÃO REGULATÓRIA

No segmento agroquímico, as perspectivas para 2026 envolvem inovação e adaptação a exigências regulatórias crescentes, com foco em eficiência, segurança e sustentabilidade. O setor é estratégico para a produtividade agrícola e para a competitividade do país, mas enfrenta desafios

relacionados ao ambiente concorrencial e à necessidade de isonomia regulatória.

Um marco regulatório eficiente, aliado à fiscalização efetiva e à segurança jurídica, é decisivo para sustentar investimentos produtivos, modernização tecnológica e inovação.

“O setor de defensivos agrícolas tem sido fortemente impactado pela ausência de uma política industrial no Brasil. A isonomia competitiva é essencial para manter o parque industrial nacional ativo, gerar empregos, estimular a inovação e consolidar o papel do país como protagonista na segurança alimentar mundial.” ■

THAIS BALBAO CLEMENTE, DIRETORA DO SEGMENTO AGROQUÍMICO DA ABIFINA

SAÚDE ANIMAL: EXPANSÃO COM INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA

A saúde animal combina crescimento de demanda, modernização produtiva e inovação tecnológica. Para 2026, as perspectivas indicam avanço de portfólios e fortalecimento de capacidades industriais, com atenção crescente a padrões regulatórios e ambientais.

O desafio é sustentar esse crescimento com produtividade, eficiência e inovação, garantindo competitividade e aderência a requisitos técnicos cada vez mais rigorosos, inclusive em mercados internacionais.

“O setor vive um ciclo de expansão sustentado por três fatores estruturais: aumento da demanda global por proteína, modernização dos sistemas produtivos e incorporação acelerada de tecnologia, inclusive com inteligência artificial. Esse movimento amplia oportunidades, mas também eleva o grau de complexidade operacional, ambiental e regulatória.” ■ FAUSTO EDUARDO FONSECA TERRA, DIRETOR DO SEGMENTO DE SAÚDE ANIMAL DA ABIFINA/CONTROLE DE RESÍDUOS NOS ALIMENTOS

PERSPECTIVAS PARA 2026

O levantamento da ABIFINA revela um setor resiliente, inovador e em movimento de expansão. A consolidação desse potencial em 2026 dependerá de previsibilidade regulatória, financiamento competitivo, formação de talentos e políticas industriais duradouras — além de mecanismos de coordenação que conectem inovação, produção local e acesso. O desafio é transformar capacidades já existentes em resultados sustentáveis, ampliando a contribuição da química fina e da biotecnologia para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Brasil. ■